

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

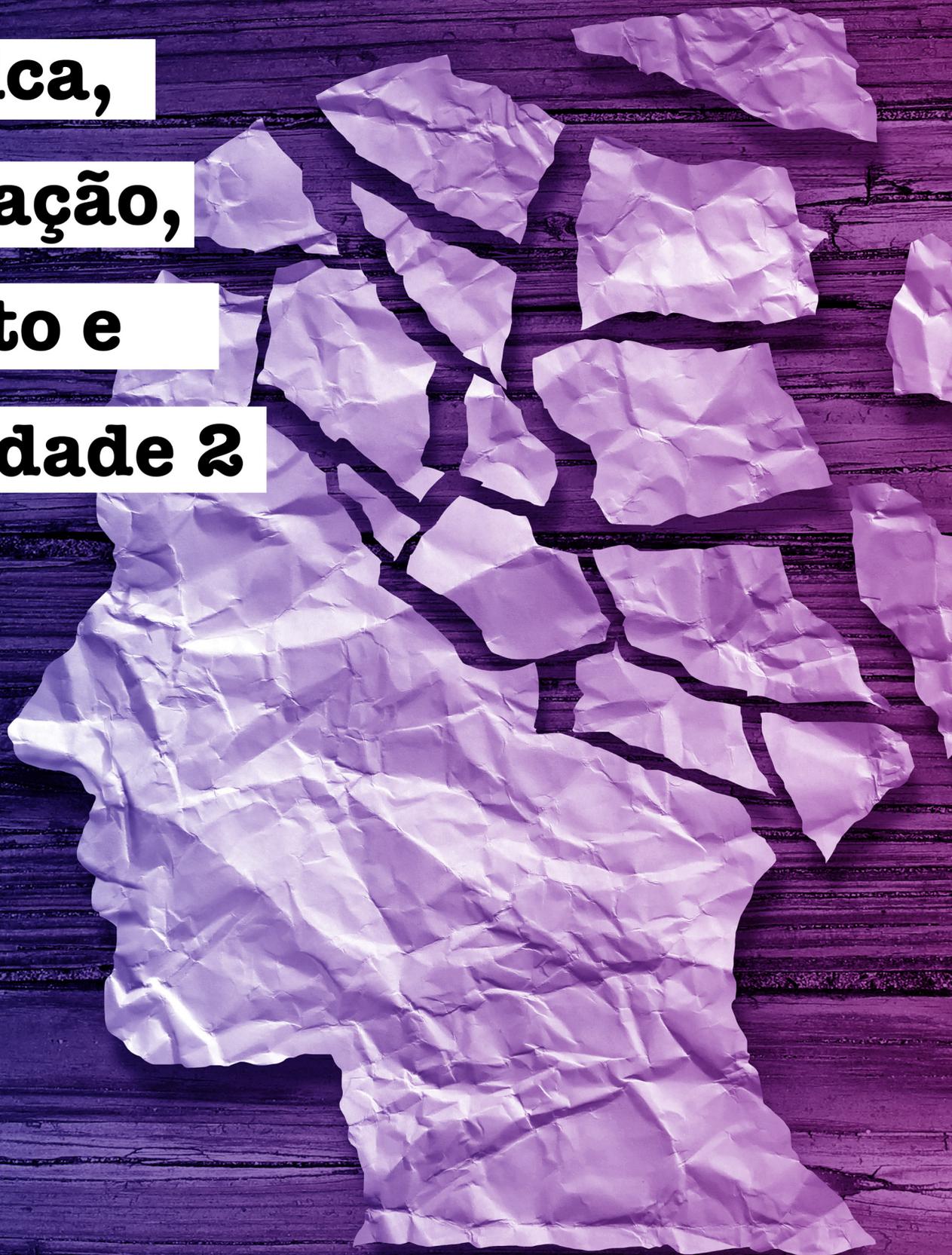
Filosofia

Política,

Educação,

Direito e

Sociedade 2



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e
Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-095-7

DOI 10.22533/at.ed.957190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O objetivo do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, uma vez que, o Brasil, historicamente, sempre se distinguiu por enormes desigualdades e pela exclusão social, econômica, étnico/racial, de gênero e cultural que, atualmente, vem crescendo em face de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais. Existem declarações, documentos e leis que contemplam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais, sociais e coletivos. Entretanto, a concretização desses direitos, na prática, não se realizam de imediato ou de modo natural. Nesse contexto nacional e também mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico, é que se instala um verdadeiro abismo social, com um aumento cada vez maior de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento econômico, destituídas das condições de dignidade humana. Em períodos de intensa globalização, o debate sobre a universalidade dos direitos humanos ganha novos contornos. Através especialmente da faceta econômica do processo globalizador, o mundo todo se encontra conectado, se inter-relaciona, e, com isso, a hegemonia do mercado capitalista mundial gera o temor da homogeneização. Por outro lado, as reações a esse processo trazem à tona as diferentes identidades e culturas, que mais e mais clamam ser respeitadas. A diversidade de culturas é uma riqueza, não há dúvida. Diferentes formas de ver o mundo, de viver o mundo; a variedade de tradições, de ritos e ritmos; as distintas comemorações e seus significados, os figurinos e seus coloridos. Como é encantador conhecer e aprender com o Outro! Contudo, o brilho da diversidade não deve cegar-nos a algumas práticas culturais que, embora pertencentes a culturas preciosas, acabam agredindo a Humanidade que há em todos nós. Sabe-se que os direitos humanos, após sua consolidação no século XVIII, passaram por transformações no sentido de que novas lutas foram agregando novos direitos ao conjunto. Se, a princípio, falar de direitos humanos significava tratar apenas de direitos civis e políticos, hoje tal denominação abarca também direitos sociais, direitos difusos – como o direito ao meio ambiente – e direitos coletivos – por exemplo, os direitos da mulher. Todavia, não obstante já terem passado mais de dois séculos do seu “nascimento” – cujo marco a história ocidental assenta na Revolução Francesa, de 1789 – sequer os direitos humanos ditos de primeira dimensão foram totalmente efetivados. Ainda que tais direitos sejam caracterizados como universais, isto é, pertencentes a todos os seres humanos, observa-se o desrespeito a direitos mais básicos – como o de não sofrer tratamento cruel ou degradante, para citar um – em várias partes do planeta. Algumas vezes esse desrespeito provém de afronta à própria lei que consagra os direitos. Outras vezes, eles acabam sendo violados por uma questão cultural, ou seja, por práticas culturais que, malgrado sejam exercidas há tempos e sejam aceitas por boa parte de seus praticantes, coíbem o desenvolvimento integral da pessoa, ferindo a dignidade humana e, por isso, constituindo uma ofensa

aos direitos humanos. Frente a esses eventos – globalização, temor de homogeneização, valorização da diversidade cultural –, como defender a existência de direitos humanos universais? De que forma sustentar que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente das diferenças que há entre nós? Mais ainda: como demandar respeito a direitos básicos que todos temos ante práticas culturais que os violam, quando justamente a questão da cultura e de sua preservação levanta vozes em sua defesa? De que modo argumentar pelo apreço à dignidade humana, através do respeito aos direitos humanos, que, tal como se entende hoje, se consolidaram no Ocidente, sem que pareça que esta atitude seja um ato de imperialismo cultural? Eis alguns dos dilemas que os direitos humanos enfrentam nos dias atuais argumentos que se pode sustentar a erradicação de uma prática cultural que pareça violadora da dignidade humana, buscando-se um caminho o diálogo intercultural para que a defesa dos direitos humanos que são universais, ou seja, pertencem a todos independente de raça, religião, nacionalidade ou cultura em face de uma tradição não configure imperialismo cultural. A hipótese é a de que, tendo em vista que a cultura é uma categoria dinâmica, em constante processo de construção, e que as culturas se relacionam e se misturam, práticas culturais que aviltem o ser humano, mitigando o desenvolvimento de suas capacidades, merecem ser erradicadas – pelo diálogo intercultural, nunca por imposição em nome dos direitos humanos. É incontestável que não se deve impor ao Outro nosso olhar, nossa perspectiva, nossa maneira de ver. Isso não quer dizer, no entanto, que não se possa chegar a um consenso. Vislumbra-se um caminho: o diálogo intercultural. O interculturalismo entende a diversidade cultural como uma riqueza e tem a compreensão de que as culturas se relacionam, influenciando umas às outras, pois as culturas, sobretudo no mundo globalizado de hoje, aproximam-se, mesclam-se, tornam-se híbridas. A partir daí, e considerando que as culturas são dinâmicas, estando então num permanente processo de reconstrução, seja por circunstâncias internas ou externas (justamente no contato com outras culturas), parece possível que diferentes culturas aprendam umas com as outras na busca de valores comuns que levem ao respeito à dignidade humana sem que isso acarrete homogeneização. Por outro lado, já é hora de desvincular os direitos humanos de sua procedência histórica. Afinal, o fato de, no seu entendimento moderno, terem se consolidado no Ocidente não significa que devam ser mantidos necessariamente presos aos limites de sua origem. Quantos elementos de nossa própria cultura se originaram em outras? Ademais, os valores-base dos direitos humanos não pertencem exclusivamente a nenhum sistema cultural. E os direitos humanos têm se tornado mais e mais uma alternativa a possibilitar a coexistência humana pacífica e sempre mais enriquecedora entre diferentes no mesmo mundo. Como consequência disso, os direitos humanos são cotidianamente violados. Conforme dito anteriormente, esses direitos são assegurados em vários instrumentos jurídicos e conclamados em princípios universais tanto na ordem nacional como no ordenamento internacional. Contudo, o amplo respaldo documental não impede as constantes

violações dos direitos humanos em todo o mundo. Pensa-se, então, em formas de possibilitar o respeito e a eficácia desses direitos humanos que deveriam, na prática, ser consagrados. Nessa perspectiva, surge a educação em direitos humanos como um dos caminhos necessários para a efetivação dos direitos mais elementares e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se lê em Horta (2000) a educação em direitos humanos situa-se em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e impele o desvendar da sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos. A autora ressalta que promover processos educacionais sem questionar o paradigma hegemônico vigente significa esquivar-se da responsabilidade política da educação em relação ao presente e futuro. Com base nessa ótica de educação, deve-se propor uma ética que enfatize o público, a solidariedade e o bem comum. Compreender a educação como algo isento, à parte das relações sociais significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social. Precisamos analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social. Portanto, não basta o[a] professor[a] se preocupar em fazer bem o trabalho que faz, também é preciso que reflita sobre como o faz, sobre as implicações e consequências do que faz. (MATTOS, 2008. p. 8-9). A educação é um direito internacionalmente reconhecido, conforme se lê no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966: Os Estados partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ALVES, 1997, p. 79, grifos nossos). Da citação acima se depreende a educação tanto como um direito em si mesma como também um meio indispensável para concretização de outros direitos. Segundo Zenaide e Tosi (2004), no Brasil, após a Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito admite os direitos humanos como parte integrante do arcabouço jurídico e institucional, das políticas sociais e da cultura democrática, o que torna a educação em direitos humanos tema central integrante da política de Estado. A discussão sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos não é recente, nem está só no plano das ideias. O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado pelo governo federal em 2002 dedica uma parte à educação com propostas para curto, médio e longo prazo, dentre eles o item 470: “Criar e fortalecer programas para o respeito aos direitos humanos nas escolas de ensino fundamental e médio através do sistema de temas transversais, assim como de uma disciplina sobre direitos humanos.” (BRASIL, 2002). Em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH,

2003). Conforme se lê nesse documento tal educação está direcionada para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano, dentre outros aspectos. Tal direcionamento do PNEDH (2003) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reflete o propósito dos documentos acima mencionado ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional afirmando no artigo 2º, que a “[...] educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A identidade da educação em direitos humanos é um processo ainda em construção, não havendo consenso entre autores e autoras sobre sua definição (SACAVINO, 2009). E, pelo fato do conteúdo dos direitos humanos não ser neutro deve-se atentar para a polissemia. Tratou-se de uma primeira versão por meio da Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da portaria nº 98/1993 da SEDH/PR. Em 2006, foi concluído o Plano com sua versão final. 24 de expressões que são utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos até o enfoque histórico-crítico de caráter contra hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, tendo como fundamento a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos (SACAVINO, 2009). Essas questões serão examinadas posteriormente. Assim, feita essas considerações, quais relações pode haver entre direitos humanos, democracia, cidadania e educação? A relação entre os direitos humanos e a democracia existe na medida em que esta é entendida como o regime político da soberania popular e do respeito aos direitos humanos, o que pressupõe seu reconhecimento, promoção e proteção. Tal democracia, ao englobar os direitos civis, a participação política direta, a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais sem privilégios para todos os membros da sociedade, cumpre as exigências da cidadania ativa. A educação escolar atua como um dos caminhos de conscientização dos direitos e deveres pelas pessoas que possivelmente terão maior oportunidade de atuar e interferir no contexto social colaborando na construção de outra sociedade em que vigore os direitos humanos. Conforme se lê em Ruiz (2008, p. 225): “Trata-se de entender a escola como um ambiente conflituoso, permeado constantemente por contradições no qual ocorrem, diuturnamente, ‘lutas pedagógicas’ que podem vir a somar-se com a luta sócio-política, em prol da transformação social”. Conforme pondera Konder (2004, p. 20) com base em Marx, “[...] a atividade do[a] educador[a] tem seus limites, porém é atividade humana, é práxis. É intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se história”. Com a

democratização de acesso à educação escolar, as crianças passam longos anos de suas vidas dentro de escolas e, durante esse período, pode-se promover processos que favoreçam o desenvolvimento crítico da realidade social, adoção das sementes da real noção de cidadania, de respeito ao outro e do espírito coletivo como também pode ocorrer a introjeção de valores de conformismo e aceitação do status quo do modelo neoliberal de sociedade vigente. O Brasil está no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) — PNDH III. Nas últimas três décadas sob o ponto de vista da legislação muito se tem anunciado os direitos humanos como requisito indispensável à concretização da democracia no país. O Estado também tem colocado ênfase na educação formal como um dos meios de construção de uma cultura de direitos humanos por meio da ratificação de vários pactos internacionais e elaboração de vários planos nacionais visando dar subsídios aos governos estaduais e municipais na elaboração e na execução de seus próprios programas de direitos humanos.

No artigo **O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, o autor Arcângelo da Silva Ferreira nesse trabalho procura verificar e analisar a ideia de história no pensamento do escritor amazonense Milton Hatoum. Paralelo a isso, as possibilidades de sua narrativa para o ensino de História da Amazônia. o corpus de análise para esta investigação é a novela *Órfãos do Eldorado*. No artigo **O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**, os autores Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O artigo **O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ**, dos autores Jhanielly Gonçalves Barbosa, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, procura analisar o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) em escolas públicas do ensino médio de Belém, em especial, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva, cujo objetivo é analisar como se configura o Programa Ensino Médio Inovador na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. O artigo **O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?** o autor José Carlos Mendonça, busca mostrar como a atividade filosófica, como prática educativa, deve se caracterizar para que o sentido do ensino não se restrinja ao trabalho que visa mover o ‘sujeito’ ao redor do discursivo estritamente conceitual; mas, ao contrário, atrelado ao viver, ou a constituição de um “discurso interno” do sujeito sobre si, sobre sua situação, com o objetivo da modificação de si. No artigo **O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO**, os autores Ana Gregória de Lira, Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Tatiana Cristina dos Santos Araújo, Alexandre Simão de Freitas, objetivou caracterizar o fenômeno da dádiva, suas contribuições

para o campo educacional e elucidar o debate acerca das sutilezas que permeiam a ação educacional. também interligar a dívida à Educação e refletir sobre a ética que permeia a ação pedagógica movida pela dívida. **No artigo O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO**, as autoras Maria Cristina Leandro de Paiva, Thayane Lopes Miranda, Viviane Marina Andrade Silva, buscou –se discutir a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. O artigo **O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE**, a autora Roberta Ravaglio Gagno, procura refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná .No artigo, **O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO**, os autores Valmir Pereira, José Cândido Rodrigues Neto, Maria Aparecida da Silva Bezerra, buscou investigar as repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de obra, as práticas escolares e educacionais e o antagonismo de classes. No artigo **AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA** os autores: Eldernan dos Santos Dias, Roberto Lister Gomes Maia, apresentam um estudo sobre mediações entre a formação humana e suas possibilidades como pressuposto teórico e filosófico para o campo de conhecimento da Educação Física. No artigo **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica. No artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Gisele Carvalho Lomeu, Fátima Aparecida da Silva locca, discorrem sobre as contribuições das aulas experimentais para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos científicos básicos abordados no ensino de Ciências na Educação Infantil, de uma escola do campo no Município de Terra Nova do Norte/MT. No artigo **AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)**, os autores Mark Clark A Carvalho, Luciana Ferreira de Lira, Mizraiam Lima Chaves, objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. No artigo **AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM NARRADORES DE JAVÉ**, a autora Léa Evangelista Persicano proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no

presente e no futuro. **No artigo AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS, a autora NOVAIS, Pabliane Lemes Macena, com o objetivo, descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental).** No artigo **AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA,** as autoras Carolina Barreiros de Lima, Janaína Moreira Pacheco de Souza discute a importância do planejamento pedagógico voltado para questões relacionadas à autoestima e ao fracasso escolar. No artigo a **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES,** a autora COSTA, Simone Freitas Pereira, realizou um balanço de produções sobre o tema supracitado sobre o tema avaliação da aprendizagem, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. **No artigo AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM,** André Ricardo Lucas Vieira, o artigo analisa a concepção de erro em avaliações de matemática da Educação Básica, partindo das contribuições da pedagogia construtivista na perspectiva de se considerar o erro como uma estratégia pedagógica de promoção da aprendizagem. No artigo **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA,** a autora Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, procurou demonstrar que apesar do principal objetivo do movimento de criação de uma Base Nacional Comum Curricular ser a consolidação da educação promotora da formação integral da pessoa e, apesar do vasto conteúdo legislativo, de fato, não se vê, na prática, sintonia e esforços para a reestruturação necessária para a efetividade do ensino transformador. No artigo **CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo sobre a formação pelo PARFOR,** os autores, Marnilde Silva de Farias, Lana Cristina Barbosa de Melo, Joelma Carvalho Sales, Marcondes Baptista do Rêgo, Maristela Bortolon de Matos, Busca por meio da abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No artigo, **CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA,** Josélia Maria Costa Hernandez, Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia

da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA.. No artigo **CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)**, os autores, Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira, pesquisou sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant . No artigo **Cidadania e Território: Os Desafios Contemporâneos da Crise Ambiental no Espaço da Cidadania**, o autor, Bruno Rego, Pensada sempre nos limites territoriais de um espaço nacional, a noção clássica de Estado-nação tornou-se um conceito cuja operacionalidade foi fracturada em face das grandes tendências e desafios com o que o século XXI se confronta, desafios esses cuja resolução tem de ser enfocada primordialmente num plano global. No artigo **CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL**, os autores **Maristela Rosso Walker, Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Cassia Peres Martins, Giovanna Marques Moreira Bertim, Guilherme Aparecido de Carvalho, Maria Fatima Menegazzo Nicodem** O trabalho buscou desenvolver o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cine diversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetivou favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e indígena. No artigo **Coeducação uma proposta para aulas de educação física no ensino fundamental** as autoras, Raymara Fonseca dos Santos, Patrícia dos Santos Trindade, Dainessa de Souza Carneiro, Lucas Diógenes Leão, Gerleison Ribeiro Barros, o objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. No artigo **COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO** a autora Aline de Carvalho Moura, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a relação entre a sociedade contemporânea e a educação, a partir de uma análise sobre os CIEPs do Complexo da Maré.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9571904021	
CAPÍTULO 2	13
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904022	
CAPÍTULO 3	24
O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ.	
Jhanielly Gonçalves Barbosa Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9571904023	
CAPÍTULO 4	31
O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?	
José Carlos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9571904024	
CAPÍTULO 5	55
O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO	
Ana Gregória de Lira Rodrigo Nicéas Carneiro Leão Tatiana Cristina dos Santos Araújo Alexandre Simão de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9571904025	
CAPÍTULO 6	70
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO	
Maria Cristina Leandro de Paiva Thayane Lopes Miranda Viviane Marina Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904026	
CAPÍTULO 7	80
O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE	
Roberta Ravaglio Gagno	
DOI 10.22533/at.ed.9571904027	

CAPÍTULO 8	91
O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO	
Valmir Pereira José Cândido Rodrigues Neto Maria Aparecida da Silva Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.9571904028	
CAPÍTULO 9	99
AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA.	
Eldernan dos Santos Dias Roberto Lister Gomes Maia	
DOI 10.22533/at.ed.9571904029	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.95719040210	
CAPÍTULO 11	121
AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gisele Carvalho Lomeu Fátima Aparecida da Silva Iocca	
DOI 10.22533/at.ed.95719040211	
CAPÍTULO 12	126
AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)	
Mark Clark A. Carvalho Luciana Ferreira de Lira Mizraiam Lima Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.95719040212	
CAPÍTULO 13	139
AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM <i>NARRADORES DE JAVÉ</i>	
Léa Evangelista Persicano	
DOI 10.22533/at.ed.95719040213	
CAPÍTULO 14	146
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Carolina Barreiros de Lima Janaína Moreira Pacheco de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.95719040214	
CAPÍTULO 15	156
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Simone Freitas Pereira Costa	
DOI 10.22533/at.ed.95719040215	

CAPÍTULO 16	166
AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040216	
CAPÍTULO 17	179
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA.	
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro.	
DOI 10.22533/at.ed.95719040217	
CAPÍTULO 18	189
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR	
Marnilde Silva de Farias	
Lana Cristina Barbosa de Melo	
Joelma Carvalho Sales	
Marcondes Baptista do Rêgo	
Maristela Bortolon de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95719040218	
CAPÍTULO 19	200
CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	
Josélia Maria Costa Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.95719040219	
CAPÍTULO 20	210
CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)	
Luan Manoel Thomé	
Flávio César Freitas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040220	
CAPÍTULO 21	222
CIDADANIA E TERRITÓRIO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CRISE AMBIENTAL NO ESPAÇO DA CIDADANIA	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.95719040221	
CAPÍTULO 22	231
CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.	
Maristela Rosso Walker	
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa	
Cassia Peres Martins	
Giovanna Marques Moreira Bertim	
Guilherme Aparecido de Carvalho	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.95719040222	

CAPÍTULO 23 242

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Patrícia dos Santos Trindade

Dainessa de Souza Carneiro

Lucas Diógenes Leão

Gerleison Ribeiro Barros

DOI 10.22533/at.ed.95719040223

CAPÍTULO 24 252

COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

Aline de Carvalho Moura

DOI 10.22533/at.ed.95719040225

SOBRE A ORGANIZADORA..... 265

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR

Solange Aparecida de Souza Monteiro

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo IFSP Araraquara – SP

Gabriella Rossetti Ferreira

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP
Araraquara – SP

Paulo Rennes de Marçal Ribeiro

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP
Araraquara – SP

RESUMO: No âmbito escolar, várias deficiências, transtornos e Síndromes estão cada dia mais presentes nas salas de aulas. Todos tem o direito a educação, e é dever do Estado e da família se responsabilizarem pelas crianças e adolescentes. Desta forma, pretende-se discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica, as políticas públicas da educação relacionadas ao tema. Projetos tem se mostrado capazes de adquirir recursos destinados a favorecer uma melhor qualidade de vida a esta demanda de alunos e a ruptura de barreiras de exclusão, acessibilidade arquitetônica e digital, investimento na capacitação dos educadores e. Nota-se que as políticas públicas tem favorecido e garantido condições e aprendizagem, ao

proporcionar respostas educativas que atendam às peculiaridades de cada aluno, durante o processo de escolarização.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Crianças. Adolescentes. Leis e Diretrizes. Deficiência.

ABSTRACT: In the school context, several deficiencies, disorders and syndromes are increasingly present in classrooms. Everyone has the right to education, and it is the duty of the State and the family to take responsibility for children and adolescents. In this way, it is intended to discuss the directness of children and adolescents with disabilities in the school environment, bringing to light, from a bibliographical review, public education policies related to the theme. Projects have been able to acquire resources destined to favor a better quality of life to this demand of students and the breaking of barriers of exclusion, architectural and digital accessibility, investment in the training of educators and. It should be noted that public policies have favored and guaranteed conditions and learning by providing educational responses that meet the peculiarities of each student during the schooling process.

KEYWORDS: Inclusive education. Children. Adolescents. Laws and Guidelines. Deficiency.

1 | INTRODUÇÃO

Este artigo discorrerá sobre a temática da educação inclusiva, com o foco principal sobre a importância da atuação profissional do educador e seus desafios perante a atuação em sala de aula. Sabemos que quando falamos sobre inclusão nas escolas e as adversidades, trabalhamos com a maneira que devemos pensar em relação ao próximo, ou seja, trabalhar o meio que vivemos. Segundo Mota:

Ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagem, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e, sobretudo, o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação (Mota, 1992, p.115).

A inclusão tem que ser discutida, pois as criança e os adolescentes com deficiência, tem todo o direito garantidos perante a lei, assim e de grande valia que esta pauta seja, presente nas pautas de governos, ONGs, grupos de educadores, escolas e da sociedade em geral, porque, e a escola junto com a família tem que ser os pioneiros que ser transformada em um espaço para todos

É na escola que se aprende a respeitar as diferenças, ser branco ou negro, padre ou rico, deficiente ou não. Falar de inclusão não significa incluir somente os alunos com necessidade especiais é preciso saber que a inclusão é para todos independente das suas características

Através da existência das leis e diretrizes de inclusão já existe nas escolas uma grande mudança, onde é defendida a inclusão de todos, respeitando a diversidade e a deficiência. Para Freitas:

A escola exerce um poder criativo no momento em que, além de transmitir os conteúdos culturais nas disciplinas escolares, voltam-se, também, para a formação de hábitos, atitudes, habilidades, valores, convicções, não se restringindo à transmissão de saberes, interferindo na cultura da sociedade, sendo o saber escolar.” (Freitas, 1998, p. 32).

Importante ressaltar que é a sociedade, família e escola fazem parte desse contexto. É de grande importância que os alunos sejam incluídos no contexto escolar e principalmente que os professores tenham respaldo necessário para que consigam trabalhar inclusão de forma correta.

Para que isso, se torna necessário, tem que haver o aceite das diferenças, em usar direitos que auxiliem nessa estruturação.

Conforme explica Mantoan:

A inclusão não implica em que se desenvolva um ensino individualizado para os alunos que apresentam déficits intelectuais, problemas de aprendizagem e outros, relacionados ao desempenho escolar. (Mantoan, 1998, p.25)

Com isso, percebemos que a aprendizagem deve ser o eixo nas escolas, tendo elas espaço para cooperação, diálogo, solidariedade, criatividade e espírito crítico e com isso a escola e os seus terão que se preparar para vencer este importante passo

na luta pela inclusão.

Desta forma, o objetivo do artigo é analisar as dificuldades no meio escolar, os profissionais envolvidos no âmbito escolar, desde a gestão, educadores e funcionários, porque há vários desafios para receber os alunos com deficiência, muitos profissionais não obtiveram treinamentos sobre a inserção da inclusão desses alunos.

Também tem como objetivos específicos esclarecer sobre a dificuldade encontrada da inclusão no âmbito escolar e se os professores são aptos para receber esses alunos de inclusão, ou seja, com a temática principal: os professores estão preparados para inclusão, ou seja, discorrer sobre a escolar, esclarecer sobre a dificuldade encontrada da inclusão no âmbito escolar e se os professores são aptos para receber esses alunos de inclusão, ou seja, com a temática principal: os professores estão preparados para inclusão?

2 | MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho utilizou-se de pesquisa bibliográfica através, de artigos, dissertações e livros, apontando caminhos para a inclusão escolar de crianças portadoras de transtornos do espectro autista. Chiara, Kaimen, et al. (2008, p. 21) ressaltam que,

a pesquisa bibliográfica é então feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades.

Sobre a pesquisa bibliográfica, Fonseca (2002, p. 32) explica que,

é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Foram considerados materiais que continham os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, e também as políticas públicas da educação relacionadas ao tema.

3 | O PROFESSOR

Se levarmos em consideração que a pessoa com deficiência passa a ser observada, que o mesmo não precisa ser incluído, ele está incluído apesar de toda discriminação do qual sempre foi vítima.

Incluso em uma sociedade discriminadora e preconceituosa, o “deficiente” assim rotulado, passa a necessitar de auxílio dos membros desta sociedade que o rejeita para sua sobrevivência e desenvolvimento.

Ou seja, passam a requerer de seus familiares, seus professores, seus amigos,

alguém que os oriente como lidar com um ser tão “excludente”.

Nesta concepção de educação inclusiva, fica evidente que não chegam até os professores às possibilidades de se pensar a escola como um todo, preconizando-se uma inclusão escolar como um projeto inovador, desconsiderando os trabalhos feitos em prol da discussão de uma escola democrática.

Considerando que por vezes, nem os próprios professores apercebem dos aspectos ideológicos e das reformas estruturais que os rodeiam. Para que possamos compreender a complexidade do processo da inclusão, temos que entender que não é apenas cumprir a lei, oferecer vagas as pessoas com deficiências ou colocando-os no mesmo espaço com os demais alunos, mas sim compreender que uma situação dessa natureza demanda muito investimento e envolvimento de todos, inclusive da família.

Um professor precisa estar bem formado para que possa de fato oferecer uma educação inclusiva, mas analisando através da pesquisa de campo, a formação dos docentes de licenciatura não seja suficiente para a maneira correta sobre a inclusão, é necessário uma qualificação completa dos professores. Contudo, Moraes afirma:

O conhecimento humano é adquirido pelo indivíduo por meio da estruturação por meio da transmissão estruturadora do processo ensino-aprendizagem, e o sujeito tem um papel insignificante em sua aquisição e em sua elaboração. A educação, na maioria das vezes, é compreendida como instrução e está circunscrita à ação da escola. A ênfase é dada às situações de sala de aula, nas quais os alunos são instruídos pelo professor. (Moraes, 2003, p.51).

O educador tem que investigar a necessidade de cada aluno, uma boa formação, pode sim, possibilitar a construção de uma sociedade mais justa, com direitos e deveres a serem exercidos e cumpridos, onde as diferenças sejam tratadas de maneira igualitária, porém, para que isso realmente ocorra existe um grande caminho a ser percorrido na formação acadêmica dos nossos docentes. Para Prieto:

Outra condição importante para o desenvolvimento da educação é garantir o incentivo aos profissionais para que desenvolvam pesquisas ou possam frequentar cursos sem serem marcados ou prejudicados em sua vida profissional. (Prieto, 2001, p.7)

Há necessidade da articulação de estudos que promovam repensar o significado de ambas as práticas, e isto, não se dá somente através das ofertas de capacitação esporádica, mas através de uma educação contínua ou sistemática que proporcione o conhecimento necessário para a concretização de uma escola com qualidade.

A gestão da escola, principalmente o educador tem que ter o conhecimento no âmbito escolar que os esses alunos com deficiência tem que ter direito a um currículo adaptado, para que eles aprendam, assim, como os outros. Segundo a Declaração de Salamanca (1994), muitas das mudanças requeridas na escola:

Não se relacionam exclusivamente à inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais. Elas fazem parte de um reforma mais ampla da educação, necessária para o aprimoramento da qualidade e relevância da educação, e para a promoção de níveis de rendimento escolar superiores por parte de todos os estudantes. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos enfatizou a

necessidade de uma abordagem centrada na criança objetivando a garantia de uma escolarização bem-sucedida para todas as crianças. A adoção de sistemas mais flexíveis e adaptativos, capazes de mais largamente levar em consideração as diferentes necessidades das crianças irá contribuir tanto para o sucesso educacional quanto para a inclusão. As seguintes orientações enfocam pontos a ser considerados na integração de crianças com necessidades educacionais especiais em escolas inclusivas. Flexibilidade Curricular. O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa. Escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas a criança com habilidades e interesses diferentes. Crianças com necessidades especiais deveriam receber apoio instrucional adicional no contexto do currículo regular, e não de um currículo diferente. (Declaração de Salamanca, 1994. p.8)

São vários os desafios para a se a gestão das escolas estão a aptas a cumprir com esses direitos garantidos pelas lei.

Outro grande fator que impede a construção de uma educação inclusiva é o fato de uma estrutura correta nas escolas para receber esses alunos, como por exemplo: faltam de rampa de acesso aos portadores de necessidades, material didático, escassez de recursos matérias e humanos, como profissionais capacitados: fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos.

Nas escolas já encontramos diferenças nas práticas pedagógicas que antes tratavam de ter um ensino igualitário, que excluía os diferentes. Já existe uma grande mudança na escola onde é defendida a inclusão de todos, respeitando a diversidade e a deficiência de cada um.

A grande multiplicidade de deficiências presentes nas salas de aula requer cuidados especiais e o professor precisa estar qualificado para oferecer uma educação inclusiva de qualidade e precisa também uma estrutura escolar apta para receber esses alunos, encontramos dificuldade ainda no estado que não favorece nem a escola nem os professores na formação acadêmica que realmente os prepare para essa educação inclusiva.

A capacitação dos profissionais, principalmente os que trabalham com a Inclusão deve ser responsabilidade das instituições privadas, publicas, e principalmente que eles tenham um grande interesse. Para que efetivamente ocorra essa mudança é preciso a implantação e implementação de políticas públicas voltadas para o incentivo da Educação com o objetivo essencial de formação de cidadãos

Outro grande fator que impede a construção de uma educação inclusiva é o fato de uma estrutura correta nas escolas para receber esses alunos, como por exemplo: faltam de rampa de acesso aos portadores de necessidades, material didático, escassez de recursos matérias e humanos, como profissionais capacitados: fonoaudiólogos, fisioterapeutas, psicólogos.

Nas escolas já encontramos diferenças nas práticas pedagógicas que antes tratavam de ter um ensino igualitário, que excluía os diferentes. Hoje já existe uma grande mudança na escola onde é defendida a inclusão de todos, respeitando a diversidade e a deficiência de cada um. Experiência e a formação com base na reflexão têm muitos elementos em comum queremos que os professores estejam preparados e

4 | O PAPEL DOS PROFISSIONAIS NO AMBITO DA INCLUSÃO

A inclusão ainda não existe de fato, mas obteve um avanço significativamente, pessoas com deficiência já podem estar participando e vivendo seu momento de vida estudantil dentro da escola junto com seus amigos. De acordo com Sasaki (1997, p. 147), a legislação, nesse sentido, torna-se de extrema importância, pois, mesmo que apenas teoricamente, as diretrizes de um país estão ligadas a ela. Sasaki ainda acrescenta que: “O grau de inclusividade de uma sociedade poderia, então, ser medido pela maior ou menor incidência de leis inclusivas sobre as leis integracionistas”

A capacitação dos profissionais, principalmente os que trabalham com a Inclusão deve ser responsabilidade das instituições privadas, públicas, e principalmente que eles tenham um grande interesse. Para que efetivamente ocorra essa mudança é preciso a implantação e implementação de políticas públicas voltadas para o incentivo da Educação com o objetivo essencial de formação de cidadãos

Um dos impedimentos da inclusão escolar, é o exercício da educação inclusiva para todos, por que os educadores reconhecem o grande desafio e deparam com a urgência de matérias necessários para o projeto pedagógico inclusivo. Para Alonso (1993):

As mudanças são imprescindíveis, dentre elas a reestruturação física, com a eliminação das barreiras arquitetônicas; a introdução de recursos e de tecnologias assistivas; a oferta de profissionais do ensino especial, ainda em número insuficiente. Além da compreensão e incorporação desses serviços na escola regular são necessárias alternativas relativas à organização, ao planejamento e à avaliação do ensino (Alonso, 2013.p. 1).

A formação dos professores para a inclusão, exige que eles sejam es preparados para a nova prática pedagógica, de modo que possam atender também às necessidades do ensino inclusivo.

O saber está sendo construído à medida que as experiências vão acumulando-se e as práticas anteriores vão sendo transformadas. Por isso, a formação continuada tem um papel fundamental na prática profissional.

Com base nisso, identificamos a importância da educação continuada dos educadores.

Segundo ao publicação do portal da educação (2013) a:

Educação continuada consiste em um programa de formação e desenvolvimento dos recursos humanos que objetiva manter a equipe em um constante processo educativo, com a finalidade de aprimorar os indivíduos e conseqüentemente melhorar a assistência prestada aos usuários (Portal da educação, 2013, p.1).

Há necessidade da articulação de estudos que promovam repensar o significado de ambas as práticas, e isto, não se dá somente através das ofertas de capacitação esporádica, mas através de uma educação contínua ou sistemática que proporcione o conhecimento necessário para a concretização de uma escola com qualidade.

Explica Prieto que a educação continuada é:

Outra condição importante para o desenvolvimento da educação é garantir o incentivo aos profissionais para que desenvolvam pesquisas ou possam frequentar cursos sem serem marcados ou prejudicados em sua vida profissional. (Prieto, 2001, p.7)

Uma boa formação continuada, pode sim, possibilitar a construção de uma sociedade mais justa, com direitos e deveres a serem exercidos e cumpridos, onde as diferenças sejam tratadas de maneira igualitária, porém, para que isso realmente ocorra existe um grande caminho a ser percorrido na formação acadêmica dos nossos docentes.

Para que aja um sistema de apoio, desses alunos e necessários que a responsabilidade, não seja, unicamente do professor, mas de todos os participantes do processo educacional.

As gestões, como coordenação pedagógica, devem organizar e proporcionar ao educador e educando propostas para manifestar suas dúvidas e angústias e estratégias, ou seja, a equipe gestora pode organizar espaços para o acompanhamento dos alunos para compartilhar entre eles relatos das condições de aprendizagens, das situações da sala de aula e discutir, assim essas ações produzem assuntos para estudo e pesquisa que colaboram para a formação continuada dos educadores.

Enfim, a educação inclusiva está em construção, ou seja, porém as iniciativas e as alternativas realizadas pelos educadores são fundamentais para esse processo.

Os estudos e experiências, tem que ser centralizado nos esforços para efetivação desses alunos, para além da convivência, para as possibilidades de participação na sociedade e na vida escolar, seja de aprendizagem e inclusão deles.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Notamos que o caminho para a inclusão tem sido demorado e, nem, sempre totalmente conseguido, apesar de que hoje em dia vemos resultados mais favoráveis com frequência.

Apesar das diversas ações como: debates, resoluções, congressos, declarações e até mesmo as letras da lei, houve avanços em nossa sociedade, mas numa escala pequena ainda.

Pois as práticas confundem o paradigma da inclusão com o paradigma da integração, na medida em que os governos, federal, estadual e municipal admitem tal inserção, na maioria das vezes, sem condições mínimas necessárias para que a inclusão ocorra.

Os professores comprometidos com a proposta da inclusão devem acreditar no potencial desses alunos, no seu desempenho para que os mesmos se sintam úteis na sociedade, isso é um ponto fundamental para que a inclusão venha realmente acontecer nos ambientes escolares.

O educador é um profissional que trabalha com as diversidades, tento a

responsabilidade de desenvolver com êxito e responsabilidade, as aprendizagens nas múltiplas capacidades dos alunos, e não apenas na transmissão de conhecimento.

As escolas em conjunto com seu corpo docente e de apoio deve se adequar as necessidades destas crianças, para que sejam inseridas na instituição sem maiores problemas.

Sendo assim, receber esses alunos nas escolas vai muito além de abrir vagas, e apenas inserir em sala de aula, precisam além de serem matriculados, é necessário ter a superação de alguns desafios, como por exemplo, as mudanças nas formações dos docentes, já que os professores são peças fundamentais, para essa educação inclusiva de fato acontecer.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo educação inclusiva de qualidade, é preciso que se crie nas escolas, um espaço onde os professores possam trocar suas experiências, onde possa ter mais informações e reflexão sobre as adversidades, e principalmente para entrar em contato uns com os outros, onde possam receber as famílias, valorizando assim as práticas educativas que atendam a todos os alunos.

A Escola Inclusiva é uma tendência internacional da atualidade mundial. Escola Inclusiva é considerada aquela que abre espaço para todas as crianças sem nenhuma distinção, abrangendo aquelas com necessidades educativas especiais entre outras.

Se torna de suma importância investir na formação dos professores significando que terá grande investimento na educação, mas ainda é preciso uma grande mudança nessa formação, e grande apoio dos governantes.

Houve várias mudanças no decorrer dos anos, porém, se torna necessário desenvolver novas experiências promissoras, pois a grande maioria das redes de ensino carece das condições institucionais necessárias para a formação de professores que atendam a necessidade para a inclusão desses alunos.

Percebemos dessa maneira neste artigo, o quão grande é a necessidade que os professores, sejam preparados para os processos de inclusão de alunos, com necessidades educacionais especiais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. L. **Alunos com necessidades educacionais especiais: análise conceitual e implicações**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2003. p. 85

ALONSO.A. **Os desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio**. São Paulo. 2013 p.1

ALMEIDA, M. A. **Formação do professor para a Educação Especial: história, legislação e competências**. Revista de Educação Especial, 24, 23-32, 2004.

BRASIL. **Constituição Federal.1988.** Brasília. DF. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 10 de agosto de 2018.

BUENO, J, F. **A inclusão escolar de alunos deficientes em classes comuns do ensino regular.** Revista – TEMA SOBRE DESENVOLVIMENTO – Vol. 9, número 54, janeiro/fevereiro, 2001.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: do que estamos falando?** Revista Educação Especial, 26, 19-30, 2005.

_____. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”** (4a ed.) Porto Alegre, RS: Mediação: EDUFMS, 2005, p. 45-63, 2006.

FREITAS, H. M. R. et al. **Pelo resgate de alguns princípios da análise de conteúdo: aplicação prática qualitativa em Marketing.** In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 20. 1996, Angra dos Reis. **Anais...** Angra dos Reis, ANPAD, 1996.

MASINI, E. A. F. S. **Uma experiência de inclusão – providências, viabilização e resultados.** Revista Educar, 23, 29-43, 2004.

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, 11(33), 387-405, 2006.

PAULA, J. **Inclusão: mais que um desafio escolar, um desafio de amor.** 2a edição. São Paulo: Jairo de Paula Editora, 2004.

PACHECO, V J., EGGERTS, R., MARINÓSSON, G. L. **Caminhos para a inclusão.** Porto Alegre, SP: Artmed, 2007.

PAGOTTI, A. W., TEIXEIRA, A. C. **Inclusão escolar: o que dizem as professoras que trabalham em salas inclusivas?** Comunicações – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP, 1(1), 28-42, 2005.

SANTANA, I. M. **Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo,** 10(2), 227-234, 2005.

SEKKEL, M. C. **Reflexões sobre possibilidades e limites da educação inclusiva.** Boletim de Psicologia, 55(122), 43-5, 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1998.

TARDIF, M., LESSEARD, C. **O Trabalho Docente: Elementos para Teoria da Docência como Profissão de Interações Humanas.** Petrópolis: Vozes, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. 1994.

VIANNA. I. O. **Metodologia do Trabalho Científico.** Um enfoque didático da produção científica EPU. ed. 1. 2001

WERNECK. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 2000.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-095-7



9 788572 470957